



Caderno de Resumos

Capa:
Loops 7 – Desfocado Luzes Coloridas – Isotophoto (imagem licenciada)
Reprodução: Pedro Fernandes de Oliveira Neto
Diagramação: Pedro Fernandes de Oliveira Neto

Todos os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Catálogo da Publicação na Fonte.

Colóquio Nacional de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura (7 : 2010: Pau dos Ferros, RN)
Caderno de Resumos de VI Colóquio Nacional de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura – O ensino de Língua Portuguesa e de Literatura: Boas práticas e metodologias. / Organizado por Gilton Sampaio de Souza, José Celsoaldo R. Bessa, Maria Lúcia Pessoa Sampaio, Pedro Fernandes de Oliveira Neto. – Mossoró: Queimada Buha, 2010.
324 p.

Tema central: O ensino de Língua Portuguesa e de Literatura.
ISSN 2171-9195

1. Metodologia do ensino. 2. Língua portuguesa. 3. Literatura. I. Souza, Gilton Sampaio de., Org. II. Bessa, José Celsoaldo R., Org. III. Sampaio, Maria Lúcia Pessoa., Org. IV. Oliveira Neto, Pedro Fernandes de., Org. V. Título. CDD 01.42

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO PROF. MARIA ELISA DE ALBUQUERQUE MAIA – CAMEAM

Reitor
Milton Marques de Medeiros

Vice-Reitor
Aécio Cândido de Souza

Pró-Reitor de Administração
Lauro Gargel de Brito

Pró-Reitor de Planejamento
Francisco Severino Neto

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação
Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Pró-Reitora de Extensão
Francisco Vanderlei de Lima

Pró-Reitora de Ensino de Graduação
João Batista Xavier

Pró-Reitora de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis
Joana D'arc Lacerda Alves Felipe

Diretor do CAMEAM
Gilton Sampaio de Souza

Vice-Diretora
Mária de Fátima Carvalho Dantas

11h25min

Opusculo humanitário: a importância da educação feminina na visão de Nísia Floresta
Ferrando Lopes de Lima
Maria Edileuza da Costa

11h35min

Rasgando os véus idealizantes em História interrompida, conto de Clarice Lispector
Fátima Rodrigues de Melo
Antonia Marly Moura da Silva

11h45min

Literatura, identidade e cultura: a evolução do pensamento brasileiro
Carlos Gildeamar Pontes
Maria Edileuza da Costa

11h55min

Os textos de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade fazem sentido no ensino de língua materna
Manuel Guilherme de Freitas

12h05

Discussões dos trabalhos

Sessão 4

10h45min

O homem faz a letra e a letra se desfaz no homem: eis a sua educação pela pedra
Marcelo Pessôa

10h55min

Poesia popular e música: propostas metodológicas com poesias de Patativa do Assaré para o ensino de Literatura
Ciro Leandro de Fonseca
Maria Edneide Ferreira de Carvalho

11h05min

Ler rima com prazer
Ariane Kercia Benício de Sá
Ana Maria Carneiro Almeida Diniz

11h15min

Sobre literatura e ensino, considerações à procura de sentido
Pedro Fernandes de Oliveira Neto

11h25min

Por uma educação pela Literatura
Pedro Fernandes de Oliveira Neto

11h35min

Ensino de literatura um caminho para a desalienação
Aline Barbosa de Almeida
Eliane Bezerra da Silva

11h45min

Discussão dos trabalhos

Sessão 5

10h45min

Cultura popular: ensinando a aprender literatura
Antonio Cleonilda da Silva Costa

10h55min

Cronistas na sala de aula: trabalhando a escrita e o prazer
Valdison Ribeiro da Silva

11h05min

As experiências de leituras literárias de estudantes do curso de Letras/Português do NAESU: que leitor literário ingressa no curso?
Maria Gorete Paula Torres
José Cezinaldo Rocha Desso



VII Colóquio Nacional de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura

11 a 13 de agosto de 2010 | Pau dos Ferros/RN | Brasil

CARTA DE ACEITE DE PROPOSTA DE TRABALHO

Prezado(a) Marcelo Pessoa

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Senhoria que o seu trabalho **O homem faz a letra e a letra se desfaz no homem: eis a sua educação pela pedra** foi aceito para o Grupo de Trabalho **O texto e a leitura literária em sala de aula: relações entre Literatura e Ensino** no VII COLÓQUIO DE PROFESSORES DE METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE LITERATURA – VII CMELP, a ser realizado no período de 11 a 13 de agosto de 2010, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, no Campus de Pau dos Ferros/RN.

Lembramos que sua inscrição só estará confirmada quando do envio da ficha de inscrição, com esta carta de aceite, recibo de pagamento e trabalho completo forem encaminhados até o dia **17 de julho de 2010** para o e-mail viicmelp@yahoo.com.br

Pau dos Ferros/RN, 05 de julho de 2010

Atenciosamente,

Maria Ediluz da Costa

O Homem Faz a Letra e a Letra Se Desfaz No Homem: eis a sua Educação Pela Pedra¹

Marcelo PESSOA

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

Resumo

Este artigo pretende traçar um breve histórico da evolução da linguagem humana e de aspectos de seu processo de aprendizagem, enfatizando nuances do código lingüístico empregados na literatura. Apresenta ainda, a relação entre o estudioso da língua e o usuário comum, tendo em vista o fortalecimento da veia de paixão que une historicamente o enfoque meramente técnico da comunicação, que prioriza a palavra como arma de sobrevivência, e o contorno sócio-cultural que se vale da palavra como instrumento essencial e indispensável para a perpetuação da inteligência na espécie humana. A partir, portanto, desse recorte, apresentamos as questões de produção e consumo da obra literária relacionadas ao contexto dos meios de comunicação de massa, os interesses predominantes quanto à veiculação das obras e o perfil médio do mercado consumidor brasileiro. Desse modo, o resultado ao qual se chega, é o de que o mercado editorial brasileiro ainda está refém de uma prática midiática particularmente predatória e intensamente seletiva, ainda herdeira das estratégias negativas da globalização cultural.

Palavras-chave: Valorização do Livro; Educação, Mídia e Ideologia de Mercado; Palavra e Direito; Consenso de Washington e Sociedade; Lingüística e Literatura.

¹ A expressão que compõe o título de nosso artigo é de semântica duplamente aglutinada. Inicialmente, esclarecemos que emprestamos parte de nosso título em questão de uma obra de João Cabral de Melo Neto. João Cabral, em 1942, publicou a obra de cunho surreal, intitulada *Pedra do Sono*. Em 1966, tivemos a sua *Educação Pela Pedra* – e é esta, portanto, a que mais nos interessa. Nessa última obra, enfim, salienta Bosi (1994), João Cabral promove uma “volta às próprias coisas”, numa estrada real para apreender e transformar uma realidade que, opaca e renitente, desafia sem cessar a nossa inteligência. O tema cabralino do “educar pela pedra” tem antecedentes na história do pensamento humano. Lembra-nos Bulfinch (2000) que, por meio das histórias da mitologia, conhecemos os indivíduos que iam para as regiões infernais (o Hades), a fim de que lá se reeducassem, reparassem as suas condutas faltosas, uma vez que cometeram delitos como o adultério, a deslealdade para com os patrões ou alguma outra corrupção moral. Dentre os que cumpriam sua pena nos infernos, estava um ente de nome Sísifo, cuja punição consistia em rolar eternamente uma pedra rumo ao topo de uma montanha, mas, ao chegar próximo do cume, a pedra, inadvertidamente rolava novamente, morro abaixo. O que se depreende dessa anotação, é justamente o caráter educativo, associado à expressão “redimir o pecado pela lapidação da pedra”, que é o sentido o qual nos utilizamos em nosso artigo.

1. Introdução:

O Brasil é um dos grandes mercados editoriais do mundo e, paradoxalmente, o brasileiro – inclusive o nosso imenso público universitário – sustenta a fama de ser ainda um péssimo leitor e interpretador de textos. Fato interessante é o de que a imprensa, ainda assim, parece denotar uma atitude de omissão em relação a esse dado, e dá indícios de que caminha mais à contramão dos próprios interesses comerciais – a venda de livros – que ela mesma deveria sustentar.

Sendo assim, fica-se com a impressão de que nos bastidores do *marketing* profissional, há uma tendência à negação ou um certo descaso com relação ao importantíssimo dado demonstrado pelo mercado editorial – o brasileiro precisa gostar de ler e há muito espaço empresarial nesse cenário a ser conquistado.

Destaca-se, nesse sentido, a atuação especialmente nociva da imprensa de divulgação em relação ao escritor e à obra literária tupiniquim, uma vez que a mídia, ao praticamente ignorar a força de nosso mercado consumidor de livros, também promove indiretamente uma inacessibilidade do leitor em relação à obra por insuficiência de informação sobre a existência delas. Isso nos parece ser uma tentativa de matar a cultura literária por estrangulamento e por inanição.

Atualmente, é quase um consenso entre os agentes do ensino que operam em todos os níveis – desde a pré-escola, passando pela graduação e pós-graduação –, que a reeducação do leitor/consumidor, num contexto como o nosso, é necessária e urgente, principalmente numa era de novas mídias e formatos de veiculação literária. A trajetória dessa reeducação deve ser conduzida por meio de estradas concretas como a da conscientização dos estudantes e também do cidadão comum, para que, assim, se promova uma retomada do hábito diário de ler. A reeducação pede também medidas didáticas mais abstratas, que possibilitem ao leitor um entendimento rápido e genérico do texto que se está lendo (por meio de atitudes simples, por exemplo, como a que tomamos propositalmente nas explicações do título de nosso texto) ou com o qual se esteja em qualquer relação de interação – interpretação escolar e acadêmica de textos, uso profissional da leitura, concursos, etc.

Parece-nos, entretanto, que apesar das prementes necessidades apontadas acima, os veículos de informação de massa – reconhecidos pelo grande público pela designação execrada como *mídia* ou *mass media* –, só dão espaço de destaque aos livros e a seus autores quando um deles, o livro, o autor ou mesmo ambos, estejam coadjuvando algum evento literário nacional ou internacional importante para o grande mercado – como as bienais do livro –, ou recebendo premiações ou participando de grandes feiras que ela, a mídia, resolve valorizar por motivos comerciais, e não necessariamente norteados pela já aludida estratégia ética da reeducação literária.

Privilegiando-se apenas um dos lados, portanto, do binômio que se compõe pelos entes leitor/consumidor, vemos que somente se dá ênfase ao potencial relativo ao consumidor, esquecendo-se a força comercial e intelectual sublimada do leitor.

Cabe lembrar, finalmente, que o leitor crítico é praticamente excluído do processo, uma vez que necessita não apenas de informações esporádicas sobre os eventos literários, mas também de subsídios culturais e de formação intelectual detalhada para retroalimentar a qualidade de seu desejo e fortalecer o crivo do seu raciocínio crítico no seu ímpeto de consumir. Esse tipo de leitor não é atraído pela aparência de espetáculo que se constrói ao redor dos livros, ele precisa ser convencido por outros meios de que o evento é importante para a cultura, para a sociedade. Como essa conscientização é ontológica e demanda maior tempo e desgaste da máquina comercial, o *marketing* editorial se concentra apenas no interesse imediato de consumo e a nuance de espetáculo prevalece como principal fonte divulgadora dos livros. Assim, o perfil do leitor acaba sendo pautado pela generalização que engloba a todos – leitores críticos e não críticos no rol da fama negativa de maus leitores e pela falta de interesse generalizado entre jovens e adultos pela obra literária.

2. A Mídia, a Educação e o Consenso de Washington

Poder-se-ia conjecturar que esse aparente descaso da mídia em relação à reeducação literária do brasileiro teria, de um lado, um pé na questão transitória da audiência dos canais de televisão, medida por institutos de pesquisa, nem sempre isentos, como o Ibope, ou, ainda, na segmentação do público expectador em camadas de potencial de consumo das propagandas vinculadas à programação, o que não permitiria que o *mass media* não se concentrasse na difusão de um tipo de informação que atingisse uma parcela minoritária da população, já que o *mass media* é veículo de comunicação de massas.

De outro lado, seria possível ressaltar que essa proposta de educação pautada pelo “deixa isso para lá, pois um dia outro sacerdote-educador educará o que eu não eduquei hoje”, enseja um efeito social que condena o homem a viver e sentir mazelas ainda pré-históricas num tempo presente de elevada tecnologia, tornando o mundo caótico, transmitindo-se para o futuro uma noção de miséria irreversível.

O que se vê, conseqüentemente, é que essa política de deseducação social engendrada pela pedra de toque do mercado e regida pela mídia, tem uma pecha pejorativa cujo ranço remonta aos parâmetros ditados pelo pacto econômico internacional conhecido como *Consenso de Washington*². Nesse pacto deliberado pelas organizações voltadas ao comércio e aos interesses da macroeconomia hegemônica no mundo contemporâneo, percebemos, e isso com muito boa vontade de nossa parte, que seus arquitetos “não consideraram” em suas estratégias de abertura do mercado e de privatização de empresas estatais, o

² O professor Paulo Sandroni, em sua obra **Traduzindo o Economês**, lembra que o Consenso de Washington foi uma denominação dada ao conjunto de trabalhos e resultados de reuniões de economistas do FMI (Fundo Monetário Internacional), do Bird (Banco Internacional para a Re-construção e o Desenvolvimento) e do Tesouro dos Estados Unidos realizadas em Washington, no início dos anos 90. Dessas reuniões, lembra Sandroni, surgiram recomendações dos países desenvolvidos para que os demais, sobretudo aqueles em desenvolvimento, como é o caso atual do Estado brasileiro, adotassem políticas de abertura de seus mercados e as diretrizes para o implemento do Estado Mínimo, privatizações, sucateamento dos serviços públicos, etc.

efeito colateral de empobrecimento financeiro e cultural dos povos e dos países latino-americanos que a partir disso se desencadearia.

Mas, no entanto, se faltar-nos a presunção da boa-fé nessa consideração, nos perderemos em pensamentos e perguntas, como, e se eles consideraram, sim, essa possibilidade, e se previram esse estado de empobrecimento intelectual gradativo do homem latino-americano em suas análises e pranchetas e não evitaram que isso ocorresse, não seria o caso de se questionar o papel da mídia brasileira, que já sabia disso, mas que estaria agindo como entidade co-repetidora de um indesejável e nocivo modelo internacionalizado de *status* de inteligência deficiente e avessa à crítica, mídia essa que, agindo assim – negando-se a melhorar sua divulgação das atividades de cultura, por exemplo -, atuou e atua menos em favor da soberania da inteligência nacional e mais em favor dos interesses norteados pela orientação do *establishment* econômico internacional? O fio da meada dessa mitologia sócio-cultural patrocinada pelos interesses do capital neocolonialista estrangeiro envolve a consciência que se quer ter da palavra, quer entendida como arte, quer como arma. Essencialmente, em qualquer dos casos, a palavra é empregada em sua modalidade erudita, uma vez que estamos falando de produção, venda e divulgação de livros, de cultura, economia estatal e filosofia, tanto na variante escrita quanto na oral, e, contudo, somenos, ela é revestida de uma aura de *apartheid* intelectual.

De qualquer maneira, essa disjunção do homem em relação às manifestações da cultura, dá-se normalmente mediada pela pauta do interesse econômico, e isso inopinadamente ratifica e perpetua um aparente e intencional descaso generalizado da sociedade para com as letras, e para com os letrados que não estão na moda ou excluídos do roteiro *fashion* do pensamento transformado em mercadoria nas prateleiras da mídia.

A continuidade e interdependência que se dá do homem para com a linguagem, deveria ser óbvia, pois é através dela que ele se expressa, expressão essa que parece ter sido perdida ou ter tido a sua pujança desvirtuada num dos três momentos, a seguir declinados e sucintamente analisados, na seqüência, a saber.

3. O Homem Faz a Letra e a Letra Se Desfaz No Homem

3.1 Surge a Expressividade Humana por meio das Letras

Primeiro, de um lado, seria possível afirmar que o rechaço social consensual dirigido à linguagem revestida de erudição começou com as primeiras formulações da comunicação humana – na época dos gestos e grunhidos –, há cerca de um milhão de anos. Um milhão de qualquer coisa é muito em quaisquer dos sentidos que se queira entendê-lo. Para termos a compreensão exata da dimensão do tempo que isso representa, essa hipérbole nos serve bem. No entanto, o fato é que o homem, primeiramente, se comunicava de forma rudimentar e, paulatinamente, resolveu criar um código mais organizado e fácil de aprender e retransmitir aos demais membros do grupo social – desenvolve-se, então, a partir daí, não só a complexidade da linguagem humana, mas toda a ciência e socialização que dela dependem.

Na evolução histórica, criador (o homem) e criatura (a linguagem) se reconhecem mutuamente como pertencentes de um mesmo contexto de interação e, conseqüentemente, tem-se, por azo fundamental, a sistematização do alfabeto, engendrada pelo artifício genioso dos fenícios e dos egípcios, por volta de 4.000 a.C. A transcendência das técnicas de comunicação e a evolução do pensamento alteram e impulsionam a faculdade de percepção e de compreensão que o homem tem do mundo, materializando essa superação sob o signo da comunicação escrita.

Esse momento é um marco onfalógico e divisor de águas, principalmente se considerado na medida em que se observa que é a partir da ampliação da capacidade comunicativa do ser humano que as grandes revoluções comportamentais, psíquicas e sócio-culturais são ensejadas.

3.1.1 A Expressividade se Desfaz Por Meio das Letras

Acredita-se que um possível desgosto inicial para com as letras, deu-se devido à ruptura para com a originalidade da expressão da linguagem na sua modalidade oral, uma vez que nessa modalidade a comunicação humana era mais dinâmica, devido às infinitas nuances de pronúncia que o usuário imprimia ao código gestual e sonoro verbalizado concomitante ao ato de fala, formando um todo harmônico, que hoje se reconhece pelo rótulo de comunicação.

Essa ruptura se explica, paradoxalmente, exatamente a partir da criação do alfabeto. O abecedário catalisou os elementos sonoros e gestuais dinâmicos da língua e os transformou em símbolos padronizados e estáticos, cujas mutações somente são reconhecidas não pelo uso corrente, mas por meio de leis e decretos.

Paralelamente ao caráter estático do símbolo linguístico na comunicação, que assume uma identidade correlata e equivalente ao número exato matemático de 26 letras que a exprime, no caso da língua portuguesa, temos a *anima*³ plural do usuário do sistema lingüístico: o homem. Devido à sua pluralidade, o homem imprime naturalmente ao código uma polissemia que não cabe num sistema lingüístico fechado, delimitado por regras artificiais e normas limítrofes. Esse usuário, por não ser preciso e previsível, variando comportamental e emocionalmente entre atitudes racionais e irracionais, não corresponde à exatidão que se impôs ao código comunicativo por meio da tentativa de padronização da comunicação que se seguiu ao regramento da paisagem da comunicação pela moldura da letra e a imposição da gramática.

Essa sistematização é muito boa para o lingüista, contudo, afasta do uso correto da palavra o homem médio e lhe permite instaurar na mente uma figura de negação associada à sistematização lingüística, identificado pelo signo material e complexo do alfabeto. Ele, então, se sente prejudicado e não usufrutuário da língua. No pólo mais passivo da opressão sistemática perpetrada pela ação psíquica do binômio homem/linguagem, ao mesmo tempo em que não mais

³ Do latim: alma, princípio de vida, princípio espiritual do homem, o conjunto das funções psíquicas e dos estados de consciência do ser humano, sede dos afetos, dos sentimentos e das paixões. (Dicionário AURÉLIO, 1986).

assimila uma provável complicação da comunicação humana que se realiza pela excessiva regulamentação imposta pela sistematização e pelo ordenamento gramatical, provoca-se um desencontro entre o usuário do sistema lingüístico e o próprio sistema por ele criado.

A observação desses fatos revela-nos no mínimo duas coisas.

Uma delas diz respeito ao detalhe de que boa parte dos seres humanos são naturalmente avessos a qualquer tipo de regra. Se essa aversão não fosse verdadeira, todas as leis positivas ensejadas inicialmente a partir dos costumes sociais, e posteriormente compiladas nos códigos, poderiam ser resumidas nos dois artigos constitucionais propostos pelo ilustre jurista Rui Barbosa. Segundo Rui Barbosa, a Constituição ideal poderia ter nela apenas as seguintes frases: a) que os homens todos tenham vergonha na cara; b) revogam-se todas as disposições em contrário.

A outra, das duas constatações a que nos referimos, diz respeito ao binômio estático/dinâmico, como características essenciais do processo de evolução da linguagem, o que abre uma lacuna sobre o caráter dual da evolução temporal da linguagem (que envolve as questões relativas à *Sincronia* e à *Diacronia*⁴), o qual não será abordado neste artigo.

Declinando-nos ainda sobre os vestígios da aversão atual do homem em relação às regras lingüísticas impostas à palavra escrita, aventa-se a hipótese de que a origem do desafeto do usuário homem em relação ao código de linguagem por ele próprio desenvolvido, se iniciara, talvez, quando do processo de alfabetização. À nossa lembrança, nesse tocante, vêm imagens comuns vividas por muitos de nós nos períodos pré-escolares e no ensino fundamental. Quando ainda crianças, em sala de aula, ao tentarmos falar uma palavra mais difícil ou esboçar uma frase mais articulada, não raro recebíamos vaias ululantes dos colegas. Essa atitude do aluno que tenta participar da aula é socialmente rejeitada. Teoricamente, essa rejeição pode provocar uma elevação do filtro afetivo do aluno em relação ao aprendizado lingüístico em andamento, comprometendo a aquisição de estruturas mais técnicas da língua, devido à possibilidade de ele sentir vergonha dos outros membros da sala, cuja sensação ele constantemente revive de maneira antecipada em sua mente e que, a partir dessa sensação negativa, passa a nortear-se e limitar seus procedimentos de estudo diante da linguagem que está tentando dominar.

O resultado desse receio, saindo agora da possibilidade teórica para a verificação prática do que se expõe aqui, acaba sendo a verificação de uma posterior diminuição da capacidade de verbalização retórica e de comunicação

⁴ “Para Saussure, é muito importante distinguir-se os eixos sobre os quais se situam os fatos que a ciência estuda. De acordo com dois diferentes tipos de descrição, os fatos científicos podem ser estudados como se estivessem situados num *eixo de simultaneidades* ou, então, como se estivessem situados num *eixo de sucessividades*. No primeiro caso, o lingüista se interessaria pelas relações entre fatos coexistentes num sistema lingüístico, tal como elas se apresentam num momento dado, fazendo abstração de qualquer noção de tempo; no segundo caso, constituiriam objeto de seu estudo as relações que um fenômeno qualquer, localizado ao longo de uma linha evolutiva (de tempo) mantém para com os fenômenos que o precedem ou que o seguem na linha da continuidade histórica. No primeiro caso, far-se-ia um estudo de *descrição sincrônica* (ou estrutural), ao passo que no segundo caso tratar-se-ia de uma *descrição diacrônica* (ou histórica)”. (in: LOPES, s/d, p. 73)

escrita desse aluno, que se refletirá, doravante, no aproveitamento de toda a sua vida escolar.

3.2 A Força da Grana que Ergue e Destrói Coisas Belas

(*Sampa*, Caetano Veloso, disco *Muito*, 1978)

Nesse terceiro momento, retornamos ao aspecto das letras que é norteado pelos interesses da mídia e do mercado editorial, dedicando, agora, nossa maior atenção ao mercado, uma vez que à mídia já dispensamos algumas linhas.

O vocábulo “mercado” traduz, atualmente, um significado atrelado a uma idéia de “fantasma emocional” que, a partir da democratização dos meios de comunicação e da necessária divulgação de certos jargões técnicos utilizados pela ala da sociedade que é mais intelectualizada – vocábulos esses antes restritos ao ambiente específico de determinados usuários, como o chamado jargão do “economês”, por exemplo –, ressuscitou dos cemitérios da economia teórica, o medo diário do telespectador em relação ao telejornal.

Nem tudo é ruim, no entanto, para o amedrontado expectador. O vocábulo “mercado” passou a fazer parte do cotidiano de todas as pessoas, indistintamente e, bem ou mal, quase todos sabem e sentem os efeitos da passagem desse fantasma em suas casas. Em um passado ainda recente, o vocábulo “mercado” não representava, pelo menos para a maior parte das pessoas, senão um lugar onde se faziam compras periódicas de itens necessários à subsistência humana – notadamente os que compunham a denominada “cesta básica”.

É por meio da variação dos preços da cesta básica que se mede parte da inflação de um período e também se descobre o quanto ficamos mais pobres, miseráveis e infelizes. O que faz com que o “economês” seja um tipo de vocabulário portador da medida de nossas desilusões. Por isso, hoje, o mercado, traduzido pelo economês, é um tipo de bicho-papão que assusta diuturnamente os adultos.

Quando ouvimos alguma expressão assim: “o mercado amanheceu agitado”, além de correr um frio pela nossa espinha, não pensamos mais, como pensávamos antigamente, que houve um corre-corre generalizado do consumidor (gritando pelas ruas, “viva, os preços baixaram!”) em direção a uma gôndola do supermercado ou a uma determinada banca de frutas da feira. Não nos esqueçamos que o “supermercado” e a “feira” são os legítimos representantes históricos do significado da palavra “mercado” dentro da camada popular da sociedade. O que se pensa, entretanto, nas classes mais abastadas, hoje em dia, é que o mercado se resume em saber o quanto que a gasolina, o arroz, e os juros do financiamento da casa própria vão subir, ou como essa “agitação” do mercado poderá emperrar a reforma da previdência, de quanto vai ser a contribuição dos inativos e quem será o responsável pela fofoca que desencadeou essa turbulência que, por fim, acaba criando uma expectativa futura de inflação que reduz no presente o salário de todo mundo, desfazendo nossas expectativas existenciais num emaranhado de letras, siglas e números incompreensíveis. E isso tudo só para citar alguns exemplos.

Salientamos também que poucos itens de nossas preocupações acima descritas, com relação às “agitações” e “turbulências” do mercado, hodiernamente

falando, fazem referência direta aos componentes da chamada “cesta básica”, que dirá do aumento ou não do preço dos livros.

3.3 Nascuntur Poetae, Fiunt Oratores

A expressão acima destacada (*nascuntur poetae, fiunt oratores*), nós a herdamos das origens históricas de nossa língua portuguesa. O latim deu-nos quase metade das palavras que utilizamos diariamente. Ao pé da letra, a frase acima quer dizer: *os poetas nascem, os oradores se fazem*.

Os juristas são normalmente homens adeptos da arte e do uso da palavra. No passado, alguns homens notáveis das letras foram também grandes advogados, juizes e promotores.

Nesse rol temos nomes como os de *Gregório de Matos Guerra, Tomás Antonio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Antonio Gonçalves Dias, Antonio Frederico Castro Alves, Manuel Antonio Álvarez de Azevedo, Fagundes Varela, José Martiniano de Alencar, Bernardo Joaquim da Silva Guimarães, Tobias Barreto de Meneses, José Pereira da Graça Aranha, Olavo Brás dos Guimarães Bilac, Augusto Rodrigues de Carvalho dos Anjos, Afonso Henrique da Costa Guimarães (Alphonsus de Guimaraens), João da Cruz e Souza*.

Haveria, ainda, pelo menos mais uma centena de nomes a citar. Mas, o que vale ser destacado, mais do que o valor desses nomes acima elencados, é o furor com que eles se tornaram juristas e oradores, uma vez que poetas e escritores, eles, assim, já o nasceram.

Como nos diz João Luís dos Santos, em seu artigo intitulado **Direito e Literatura**: um encontro nada casual (joaoluis@plisnet.com.br), “esses homens, ao dedicarem às suas vidas uma maior paixão às letras não deixaram de ser juristas, mas abraçaram uma grande causa existencial: a literatura brasileira”.

Não importa, portanto, considerando-se os três passos acima apresentados sobre a disjunção homem / cultura, se foi no começo da sistematização do código lingüístico ou nas artimanhas do marketing ou do mercado que se perdeu o sentido de valor e de apego à arte da palavra. O que deve nos importar, na verdade, é o quanto cada estudante de Direito, de Letras, de Matemática, de Medicina, de Engenharia, enfim, de todas as ciências do homem, irão reconhecer em suas profissões a necessidade de se dominar a arte da palavra como condição *sine qua non* para a qualidade do desenvolvimento de seus pensamentos e da construção técnica e afetiva de seus juízos sobre o homem e seus comportamentos sociais.

Conclusão

Educar pela pedra é a herança que se ouve do passado, e em sentido lato, eis que educar é simplesmente ouvir as vozes e os clamores dos sábios, ler os textos dos escritores, fruir os atos dos artistas, pensar os temas dos filósofos, desafiar as predições dos profetas. Em sentido estrito, educar pela pedra é voltar a acreditar nos livros como memória de nossos ancestrais.

São hoje, as universidades e as ruas, os centros fabris que forjam os senhores da palavra. As universidades formam os eruditos, as ruas nos dão os artistas. Tanto eruditos quanto artistas se traduzem mutuamente numa busca incansável e incessante, cada qual em seu mister, pela melhor veia que os conduza à compreensão das razões deliberadas pela natureza humana.

Escutando as vozes arquetípicas e compreendendo as memórias das palavras, podemos nos tornar mestres grandiosos da retórica, assim como o foram, *verbi gratia*, Cícero (na arte da Retórica), Rui Barbosa (na ciência do Direito), João Cabral de Melo Neto (na construção da Poesia), Guimarães Rosa (na re-invenção da Prosa), e Caetano Veloso (nas façanhas tropicalistas com sua música).

É na lembrança de nossa infinitude, na condição de seres humanos, lembrança essa suscitada pelo artifício e pela linguagem magistral desses gênios, que nos apoiamos para dizer a qualidade e o teor da grandiloquência do pensamento humano, expressos em arte de convencimento, em arte de persuasão, em prosa, em verso e em música. É no vislumbre dessa quimera que esperamos atribuir à vida medíocre de quem os esquece em livros fechados, um significado mais digno, a fim de que passem, esses, a existir da mesma maneira daqueles que deles se lembram nos embates intelectuais exigidos pela vida em sociedade.

Para o jurista, o valor da arte da palavra é sentido no calor eufórico do júri, esse valor é sentido também, na luta teórica pelo direito, pelejas essas, por meio das quais, em suma, se almeja a valorização do homem e se sustenta a supremacia da moral e da ética na solução dos conflitos sociais.

O que é a luta pelo direito, perguntar-se-á, finalmente? Muitas seriam as respostas. No entanto, todas ensejariam consensualmente um mesmo viés de coerência. Nessa veia de coerência veríamos que lutar por algum direito se resumiria ideologicamente na luta pela sobrevivência e pela perpetuação digna do gênio e engenho humano.

Bibliografia Consultada

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia** – história de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, s/d.

SANDRONI, Paulo. **Traduzindo o Economês** – para entender a economia brasileira na época da globalização. São Paulo: Best Seller, 2000.